

# DISCURSO E PODER: UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS LINGUÍSTICAS E DISCURSIVAS NO POLÊMICO DEBATE SOBRE A LEI DE COTAS

## SPEECH AND POWER: AN ANALYSIS OF LINGUISTIC AND DISCOUSIVE STRATEGIES IN THE CONTROVERSY DEBATE ABOUT THE QUOTAS LAW

Daiane Franciele Morais de Quadros 1

**Resumo:** Este artigo apresentará um dos resultados da pesquisa “Discurso e Poder: um olhar acerca das ações afirmativas na UEPG em 2013”, cujo objeto de estudo é a Resolução UNIV N°17 de 09 de dezembro de 2013, a qual regulariza o atual sistema de políticas de cotas na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Portanto, por meio deste trabalho serão abordadas as análises das transcrições dos áudios das reuniões do Conselho Universitário que foram promovidas na UEPG no final do ano de 2013, pela perspectiva teórica-metodológica e proposta de análise da Análise Crítica do Discurso (ACD), pois objetivo principal da presente pesquisa, como um todo, baseia-se em analisar os discursos e encaminhamentos que resultaram na atual resolução da lei de cotas na UEPG. Nas considerações finais identificamos que a proposição, a qual originou a Resolução UNIV N°17/2013 na UEPG foi exposta nas primeiras reuniões do Conselho Universitário, no entanto a mesma não foi incluída na votação da primeira reunião do Conselho Universitário, isso gerou uma possível anulação do sistema de cotas para negros na UEPG. Por essa razão, a comunidade acadêmica em conjunto com alguns grupos sociais realizaram manifestações contra a decisão do Conselho Universitário da UEPG e iniciaram um novo debate.

**Palavras-chave:** Análise Crítica do Discurso; Debate; Lei de Cotas na UEPG.

**Abstract:** This paper will show the results of the research “Speech and Power: a look about of the affirmatives actions at the UEPG in 2013”, which analyzing the Resolution UNIV no 17 09<sup>th</sup>, December 2013, which regularizes the current racial quotas at the State University of Ponta Grossa (UEPG). Thus, it will be outlined the analysis of the audio transcription of the Conference of Education, Research and Extension and the College which happened at the UEPG in by the end of 2013, the methodology applied was theoretical analyses of the Critical Discourse Analysis (CDA), because in general, the main aim of this study is based in analyzing the speeches and directions which followed in the current resolution quota law at the UEPG. In our conclusions we certifying that the motion current resolution quota law at the UEPG was showed in the first College Conference, but this motion resolution was not included in the voting at the first conference, this inflicted an annulment quota system for blacks at the UEPG. Therefore, the academic community together with some social groups realized manifestations against the decision of the UEPG College Conference and them started a new debate.

**Keywords:** Critical Discourse Analysis; Debate; Quota Law at the UEPG.

## Introdução

O principal objetivo deste trabalho baseia-se em apresentar um dos resultados da pesquisa intitulada: “Discurso e Poder: um olhar acerca das ações afirmativas na UEPG em 2013”, que foi iniciada no ano de 2015, no programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos da Linguagem, na Universidade Estadual de Ponta Grossa, na cidade de Ponta Grossa, estado do Paraná, cujo objetivo principal consiste em analisar os discursos e encaminhamentos que resultaram na Resolução UNIV N°17 de 09 de dezembro de 2013, a qual implementou o vigente sistema de reserva de vagas na UEPG, para assim compreender os embates e as contradições, que culminaram nas alterações aplicadas na política de cotas implementada pela universidade.

Para isso, nesta pesquisa foi utilizada a metodologia qualitativa e outras abordagens metodológicas como: estudo de caso, metodologia documental e Análise Crítica do Discurso, que também fora aplicada como instrumento de análise nos registros da reunião do “Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e do Universitário”<sup>1</sup> (COU) que ocorreu no final do ano de 2013, tais documentos como: atas, gravações das reuniões, reportagens, panfletos, vídeo, fotografias e a cartilha informativa sobre as políticas de cotas da universidade.

A Resolução, UNIV. N° 17/2013 foi precedida de um intenso debate, que antes culminara na retirada das cotas raciais. Após manifestações públicas, o processo volta à pauta e depois de uma nova votação, a referida resolução manteve as cotas para estudantes negros oriundos de escolas públicas. Diante da exposição deste contexto, pretende-se apresentar neste artigo as análises realizadas nas transcrições dos áudios das reuniões do Conselho Universitário que foram promovidas na UEPG no final do ano de 2013.

O presente artigo segue a seguinte ordem: na sequência serão apresentadas algumas reflexões teóricas baseadas na Análise Crítica do Discurso. Em seguida, será descrito o processo para a geração de dados e a metodologia utilizada para o desenvolvimento dessa parte da pesquisa, a qual foi de base qualitativa, envolveu análise documental, estudo de caso e principalmente a ACD.

Para desenvolvermos os procedimentos metodológicos aplicados no tópico das análises, serão considerados alguns aspectos que a ACD prioriza como metodologia e proposta de análise da oralidade, tais como: análise retórica, análise estilística, análise conversacional da fala em interação, análise pragmática dos atos de fala e atos comunicativos, que foram aplicados nas análises de alguns dos principais trechos dos pronunciamentos das pessoas envolvidas nas reuniões.

Nas considerações finais, serão apresentadas algumas conclusões baseadas em tudo o que será discutido durante as reflexões teóricas, no desenvolvimento da metodologia, também serão avaliadas e expostas algumas considerações acerca dos resultados obtidos nessa parte do projeto de mestrado que será retratada por meio deste artigo.

## Fundamentação Teórica

De acordo com Magalhães (2005) e Ottoni (2007), a Análise Crítica do Discurso, “Análise de Discurso Crítica” (ADC), ou como o próprio Fairclough (2008) se refere “Estudos Críticos do Discurso” (ECD) é considerada herdeira da perspectiva teórica intitulada Linguística Crítica (LC) que foi iniciada pelos pesquisadores Roger Fowler e Guther Kress, na Universidade de *East Anglia*, na Grã-Bretanha no ano de 1979. Segundo Magalhães (2005), o teórico linguista britânico Norman Fairclough da Universidade de *Lancaster* foi um dos pioneiros a utilizar a terminologia Análise de Discurso Crítica dentro de um artigo no *Journal of Pragmatics*.

Fairclough (2005), Magalhães (2005) relatam que na origem de tais vertentes teóricas, tanto a LC como a ACD foram extremamente influenciadas por pesquisas originárias principalmente da Teoria Crítica, que é uma vertente do eixo teórico da Teoria Social. Tais perspectivas teóricas são fortemente ligadas aos trabalhos dos filósofos Michel Foucault e Antonio Gramsci, membros da Escola de *Frankfurt*. A Linguística Crítica contribuiu bastante para uma eventual compreensão da linguagem e “sua relação com o social e com noções de ideologia e poder. Com o desenvolvimento desta perspectiva teórica chegou-se à proposição da Análise Crítica do Discurso” (OTTONI, 2007, p. 19).

<sup>1</sup> Este conselho fora assim denominado pela UEPG no documento oficial da ata, pois era uma reunião entre o CEPE e Conselho Universitário da instituição.

Porque, assim como Magalhães (2005), Ottoni (2007) e Resende e Ramalho (2009) dialogam, a ACD também forma parte do campo da Ciência Social Crítica, pois nesta área são desenvolvidas pesquisas críticas sobre mudança social na sociedade moderna, e o termo discurso, para a perspectiva teórica, apresentaria uma ambiguidade, de tal maneira que a terminologia discurso se remeteria a “um substantivo contável, em relação a “discursos particulares”- como por exemplo, o discurso religioso, o discurso midiático, o discurso neoliberal” (RESENDE e RAMALHO, 2009, p. 28). Dialogando com as autoras, Van Dijk (2010) define a ACD como:

um tipo de investigação analítica e discursiva que estuda principalmente como o abuso de poder, a dominação e a desigualdade são representados, reproduzidos e combatidos por textos orais e escritos no contexto social e político (VAN DIJK, 2010, p. 113)

Ou seja, pode-se compreender de acordo com a definição do autor, que a ACD seria uma vertente da Teoria Social do Discurso, porque ela envolve a Análise do Discurso, com ênfase em uma percepção da linguagem como fato social. Seguindo essa linha de raciocínio, Pereira (2011) e Sales (2012) argumentam, que entender o uso da linguagem como prática social seria o mesmo que situar historicamente a linguagem como modo de ação, pois isto equivale a compreendê-lo “como um modo de ação historicamente situado, que é constituído socialmente, mas também que é constitutivo de identidades e relações sociais bem como sistema de crenças” (SALES, 2012, p. 31).

Magalhães (2005) também acrescenta que a Análise do Discurso é bastante forte no Brasil desde o início da década de 1980, a partir da publicação da primeira edição do primeiro livro de Eni Orlandi intitulado: A linguagem e seu funcionamento, no ano de 1983. Segundo a autora, desde aquela época, tal tradição se consolidou pelo país como Análise de Discurso. Van Dijk (2010) e Pereira (2011) apresentam a Análise Crítica do Discurso como sendo uma vertente da Análise do Discurso, para os autores, ACD também se tornou um eixo metodológico, cujo objeto de estudo seria: texto, discurso e contexto social. A Análise do Discurso “compartilha a preocupação de todas as aproximações qualitativas com o significado da vida social, mas tenta fornecer um questionamento mais profundo sobre o estudo de sentido” (PEREIRA, 2011, p. 90).

Ou seja, o autor elenca que a contribuição mais importante do eixo teórico da ACD para a sociedade contemporânea seria o “fato dela examinar o modo pelo qual a linguagem constrói os fenômenos, e não apenas como ela os reflete ou os revela” (PEREIRA, 2011, p. 90). Pois Fairclough (2008), um dos pioneiros da ACD, atribuiu aos termos discurso e linguagem a função de práticas sociais. De tal forma, que o discurso exerce o papel de representação e de instrumento transformador nas relações de poder. O texto, na visão de Ottoni (2007, p. 30), entraria neste processo como sendo “o canal principal da transmissão da cultura; e é este aspecto- texto como processo semântico da dinâmica social- que mais do que qualquer outra coisa tem moldado o sistema semântico”.

Assim, como também teorizam Fairclough (2008) e Sales (2012), os textos sob a influência das ideologias são também repletos do elemento da interdiscursividade e a grande marca representacional desta manifesta-se nas escolhas lexicais, pois “é por intermédio do vocabulário que se podem divisar os temas ali tratados bem como a perspectiva particular de representação” (SALES, 2012, p. 41). Dialogando com a autora, Pereira (2011) também acrescenta que o papel das ações discursivas no processo de construção e sustentação das relações de poder, seria analisar como sujeitos, atores manipulam os esquemas discursivos que repercutem na luta dialógica, com o intuito de privilegiar algum discurso específico e delimitar a influência de outros tipos de discursos.

Sendo congruente com Pereira (2011), Sales (2012) argumenta que para ACD, o discurso seria orientado tanto pelo interlocutor, potencial ou real, quanto para todos os enunciados e discursos que o precedem. Portanto, a tendência destes diálogos nos textos é para que haja ostentação de polêmicas, que poderão ser explícitas ou implícitas. Por este motivo, Sales (2012) nos induz a refletir que a linguagem se torna um espaço pela luta hegemônica. A autora ainda salienta, que a ACD nos indica que é “no e pelo discurso” (SALES, 2012, p. 34, grifo do autor) que o combate pela hegemonia é travado e que este por sinal, é alinhavado através da noção ideológica.

Por esta razão, compreendemos que segundo a argumentação da autora, os eixos que norteiam o campo da ACD envolvem: a identificação dos sujeitos que se beneficiam dos discursos

ideológicos e a forma de como estes sustentam o desequilíbrio da desigualdade nas relações de poder. Ottoni (2007) e Pereira (2011) argumenta que o discurso seria um modo de ação pelo qual as pessoas podem agir sobre o mundo, e principalmente, de alguma maneira repercutir na vida de outras pessoas, porque, “a dialética entre discurso e sociedade: o discurso é moldado pela estrutura social. Não há, portanto, uma relação externa entre linguagem e sociedade, mas uma relação interna e dialética” (PEREIRA, 2011, p. 91). Contudo, é possível concluir que a relação entre discurso e estrutura social é um fenômeno intrínseco, pois, ao mesmo tempo em que estes elementos se constroem, ambos são moldados um pelo outro.

O autor ainda complementa, que o “discurso centraliza-se na linguagem, nos conteúdos, na lógica dos discursos e na sua relação com os poderes que se escondem atrás desses discursos” (PEREIRA, 2011, p. 93), de tal forma que conforme a argumentação do autor, as relações discursivas apresentam a capacidade de criar padrões, estabelecer regras e comportamentos, códigos de conduta comuns a grupos e classes sociais dentro da sociedade como um todo. Em concordância com Pereira (2011), Sales (2012) e Fairclough (2008) enfatizam que o que o difere a abordagem teórica da ACD das demais vertentes do eixo epistemológico da Análise do Discurso, seria a prioridade atribuída pelo pesquisador, que segue o eixo da ACD, à dimensão crítica relacionada “com uma preocupação explícita com o exercício do poder nas relações sociais, o que inclui as relações de gênero e classe social” (MAGALHÃES, 2005, p. 6).

Por conseguinte, a presente pesquisa se enquadra na perspectiva teórica da ACD discutida por Fairclough (2005 e 2008) e Pagano e Magalhães (2005, p. 27), na qual “o texto se apropria seletivamente dos sistemas linguísticos”. Conforme os autores, a análise da linguística sistêmica torna-se crucial em favor da linguagem, como um sistema que envolve escolhas ou seleções de alternativas que constituem potencial de significação assim, repercutindo em inclusão e exclusão de elementos linguísticos e discursivos. Porque, segundo Pagano e Magalhães (2005, p. 28), “a análise textual é puramente descritiva”, ao mesmo tempo em que a mesma possibilita a interpretação destas escolhas que podem ser lexicais, discursivas e etc.

Seguindo esta perspectiva teórica e metodológica, o presente trabalho também se adequa à Análise do Discurso Crítica com ênfase nas relações raciais abordada por Van Dijk (2008), pois, assim como enfatiza Magalhães (2005), Van Dijk (2001, 2008 e 2010), a ACD vem atuado veementemente como agente que organiza as discussões teóricas, que abarcam discurso e racismo na sociedade contemporânea dentro deste universo que compõe a ACD. Conforme Van Dijk (2001) enfatiza, a noção de racismo na sociedade, inicialmente, pode parecer não estar relacionada à noção de discurso, logo, a semântica do termo discurso pode estar relacionado somente ao sentido de articulação. Não obstante, na concepção do autor, esta noção estaria completamente equivocada, uma vez que, os discursos ao serem propagados por meio de textos orais ou escritos, desempenham papel crucial para a propagação do racismo contemporâneo.

### **Metodologia: os instrumentos e o processo para a geração de dados**

Conforme fora elencado anteriormente, esta metodologia segue uma perspectiva qualitativa, documental, é um estudo de caso e principalmente envolve a ACD como principal instrumento de análise.

Para que tivéssemos acesso aos áudios das reuniões do Conselho Universitário da UEPG de 2013, foi necessário elaborar um ofício para a universidade solicitando estes arquivos, essa autorização nos foi concedida pela reitoria da UEPG somente após a aprovação deste projeto diante do Comitê de Ética em Pesquisa da instituição<sup>2</sup>. Um mês após a aprovação, a universidade nos autorizou a darmos início às transcrições dos áudios, sob a condição de que nenhum membro do Conselho Universitário fosse exposto e identificado durante o desenvolvimento da pesquisa. As transcrições deveriam ser realizadas dentro da Secretaria Geral do Conselhos (SEGECON) na presença deles, pois os áudios eram instrumentos de trabalho institucionais.

Esta justificativa a princípio nos pareceu desnecessária, pois as reuniões do Conselho Universitário que nos interessavam, naquela época, ocorreram a mais de três anos e naquele momento aqueles arquivos não estavam sendo utilizados pela SEGECON. Mas mesmo assim,

<sup>2</sup> O número do CAAE que consta no parecer consubstanciado sobre o projeto emitido pelo CEPE da UEPG é 55253416.9.0000.0105.

decidimos respeitar as normas da instituição.

Assim que o projeto fora aprovado pela Comissão de Ética em Pesquisa (COEP) da UEPG, a partir da segunda quinzena do mês de julho de 2016 até a primeira semana de dezembro de 2016, passamos ao todo 81 horas e 67 minutos realizando transcrições de 4 dos 6 áudios que registraram as reuniões, de segunda a sexta-feira, às vezes, no período da manhã ou pela tarde, na Secretaria Geral dos Conselhos, no Prédio da Reitoria da universidade.

No total, foram 78 páginas transcritas, nas quais transcrevemos somente os momentos em que os conselheiros discutiram sobre o processo de número 19.163/2013, que naquela época correspondia à análise e proposição da Política de Cotas na UEPG.

Vale ressaltar, que para realizarmos tal procedimento metodológico para a geração de dados, utilizamos o recurso virtual dos Documentos do Google como *software* que nos auxiliou enquanto realizávamos as transcrições. Durante este processo de nossa metodologia, mantivemos em completo sigilo as identidades dos conselheiros e dos demais participantes da assembleia, de tal forma, que quando eram citados nomes das pessoas envolvidas durante os áudios, utilizamos codinomes para nos referirmos a tais sujeitos como: Presidente, Representante 1, 2, 3 e etc., Conselheiro (a) ou Professor (a) A, B, C, D e assim sucessivamente.

Após a finalização do processo de geração de dados das transcrições, o presente estudo prosseguiu com as análises se respaldando nas reflexões teóricas de Van Dijk (2001, 2008 e 2010), Fairclough (2008 e 2008), nos demais autores citados no tópico de nossa fundamentação teórica e nos resultados de trabalhos publicados de pesquisadores que abordam a temática das políticas de ações afirmativas nas universidades públicas brasileiras.

Por fim, para analisar as transcrições da oralidade, conforme Van Dijk (2010) sugere, utilizamos como referencial metodológico algumas maneiras de estudar as estratégias e estruturas da fala e da escrita, como: análise retórica, análise estilística, análise conversacional da fala em interação, análise pragmática dos atos de fala e atos comunicativos que serão explorados na próxima sessão que compõe este artigo.

## Análise de dados

No atual tópico que corresponde a análise dos dados coletados, realizaremos um parecer geral sobre os trechos de algumas das articulações dos sujeitos envolvidos que demarcaram os principais momentos das reuniões do Conselho Universitário da UEPG em 2013. Nesta sessão temática que será subdividida em três momentos (discursos de apresentação da proposta, discursos de desconstrução da proposta e discursos de articulação e reconstrução da proposta), utilizaremos a ACD como principal respaldo teórico para as análises, com o intuito de identificar quais foram as principais estratégias linguísticas e discursivas dos participantes envolvidos no debate sobre o futuro das políticas cotas na instituição.

## Discursos de apresentação da proposta

Neste item começaremos pela apresentação de um dos trechos do pronunciamento da Conselheira B, que naquela época era a relatora do grupo de trabalho responsável pela análise e proposição das políticas de cotas na UEPG. No trecho que será destacado a relatora avaliou os resultados dos oito anos das políticas de cotas na instituição.

(.) <TIVEMOS 8 ANOS A POLÍTICA DE COTAS> ↓ >e há a necessidade de buscar um equilíbrio< (.) <né:: é::: eu até trouxe ali vários:- porque a::- o:: semi↑NÁRIO::> ↓ >num determinado momento< <a gente as vezes fica até meio ofendido né:: teve uma situação né XX em que sempre- fal- que eu estudo cotas faz 8 anos que to na reitoria de graduação ↓ °e eu não estudo cotas né::> (Conselheira B- Reunião/Áudio, 25/11/2013)

Observamos neste trecho, que a Conselheira B afirma que após 8 anos de experiências das políticas de cotas na UEPG, eles (o grupo de trabalho e ela como relatora) constataram que é necessário buscar um equilíbrio. Na próxima sentença do trecho, ela faz alusão aos exemplos e aos conteúdos apresentados para discussão. Em seguida, a locutora declara que algumas pessoas realizaram comentários irônicos, devido ao fato de ela formar parte da comissão de acompanhamento das políticas de cotas na instituição. A partir daí, a Conselheira B parece responder a determinadas pessoas enfatizando que ela acompanha, analisa os índices da instituição e até

publicou artigos científicos sobre o tema, para assim, transmitir ao interlocutor a mensagem de que ela, ao estudar estas questões, já possui “certa autoridade” para discutir sobre o tema e até elaborar uma proposição para a renovação no sistema de políticas públicas na UEPG. Com base nesse discurso, observe como a locutora prossegue o seu raciocínio:

*(.) né: e nós estamos chegando a isso aqui na (uepg) reservando o maior número de vagas para cotistas sendo que a procura pelas vagas aqui na ((tosse)) (uepg) maior é pelos não cotistas aí vocês podem dizer por uma discussão muito forte dentro do grupo de trabalho sim mas o estudante de escola pública não procura! vejam! eu vejo uma via de mão dupla! a universidade criou uma política de cotas pra estudante de escola pública <o papel das redes públicas de ensino> >seria trabalha nessa direção não dá pra ser a universidade pra estar lá em todos os momentos nós não temos condições pra isso< né! então não houve um crescente ↑ TÃO ↓ grande da procura pela universidade com as cotas entã:o (Conselheira B- Reunião/Áudio, 25/11/2013)*

Nesta sentença, a Conselheira B se baseando em algumas leituras de estudos realizados em outras universidades brasileiras, ela alega que na UEPG é possível que haja maior reserva de vagas para estudantes cotistas. Sendo que na realidade, os não cotistas é que compõem a maioria da população que tenta ingressar nos cursos de graduação presenciais da UEPG. Esse assunto gerou bastante polêmica nas discussões do grupo de trabalho, porque nas gravações da reunião do dia 25/11 durante as articulações dos Conselheiros prevaleceu a ideologia de que os alunos de escolas públicas não buscam ingressar no ensino superior. A Conselheira B também citou esta informação durante o seu pronunciamento de forma generalizada, ao afirmar que **o estudante da escola pública não procura** (grifo meu) ingressar na universidade. Como se o alunado, que compõem as instituições públicas de ensino, fosse uma população de perfil homogêneo em todos os aspectos.

É certo que alguns dos alunos das escolas públicas, por uma série de fatores, não pretendem e muito menos tentam ingressar no ensino superior. Mas isso não quer dizer que os alunos das escolas públicas, de modo geral, não demonstram interesse em ingressar no ensino superior e tão pouco tentam concursos de vestibular. Além da pesquisa que realizamos, há vários estudos que comprovam que essa afirmação da Conselheira B e dos demais Conselheiros estava equivocada.

Por exemplo, naquela época já haviam duas dissertações de mestrado defendidas que especificamente avaliaram o contexto da UEPG durante os primeiros anos de implementação das políticas de cotas na instituição. Eram os trabalhos de Plá (2009) e Souza (2012), que como resultados, comprovaram que houve aumento significativo no número de candidatos que após aprovação da lei de cotas tentaram ingressar na instituição nos dois primeiros vestibulares por meio do sistema de cotas, tanto na modalidade social como cota racial. Os resultados dessas pesquisas assim como os de outros estudos poderiam ter sido mencionados pela locutora como estratégia discursiva naquela época, pois a Conselheira B, no próximo trecho que será apresentado, declara ser favorável às políticas de cotas na instituição.

Essa estratégia discursiva nos recorda o que Marcuschi (2008, p. 131) teoriza, que para fortalecer a algum ponto de vista: “intertextualidade é uma “condição de existência do próprio discurso” (...). Um discurso remete a outro e tudo se dá como se o que se tem a dizer trouxesse pelo menos em parte um já dito”. Ou seja, os discursos e a produção de sentidos são construídos com base na diversidade de textos e de outros discursos similares ou convergentes, garantindo assim, uma certa unidade nas mensagens transmitidas.

*(.) é:: e eu não sou contra as cotas °foi o primeiro fator que eu coloquei ali° ↑ EU ↓ sou ↑ FAVORÁVEL ↓ acho que deve manter mas eu penso que nós fomos 8 anos num crescente (.) hoje um ponto de partida seria os 50 por cento, 50 por cento cotas, 50 por cento universal ↓ °acho que seria um bom ponto de partida° ↑ PORQUE ↓ eu coloquei é 10 por cento pra cota (.) (Conselheira B- Reunião/Áudio, 25/11/2013)*

Analisando este trecho, a locutora parece apresentar seu ponto de vista, afirmando que ela enxerga o fato de a suposta não procura de estudantes negros e não negros oriundos de escolas públicas pelos vestibulares da instituição como uma **via de mão dupla** (grifo meu). Uma vez, que a universidade criou este sistema de inclusão social específico para estudantes de escolas públicas, cabe às redes públicas de ensino trabalharem em parceria com as universidades nessa direção. A locutora indica para a suposta informação de que em virtude do aspecto destacado não houve o aumento esperado de alunos negros e estudantes de escolas públicas em busca de ingresso no

ensino de nível superior.

Também realçamos que a locutora afirma que ela não é contra as cotas e pensa que deve ser mantido o sistema de cotas tanto na modalidade racial tanto como social na universidade. Avaliando o histórico dos oito anos de políticas de cotas na UEPG, em sua opinião, a solução mais adequada, seria estipular que 50% da reserva de vagas fossem destinadas ao sistema de cota social. Dentre estes 50%, 10% seria reservado aos candidatos negros. E a outra porcentagem de 50%, seria destinada ao sistema universal<sup>3</sup>. Após esta declaração, a locutora finaliza a apresentação das proposições, afirmando ser possível manter as políticas de cotas na UEPG para os próximos oito anos, desde que os percentuais de tais políticas públicas na instituição sejam revistos e reformulados durante este período de tempo.

Analisando o pronunciamento da Conselheira B, encontramos vários indícios nas estratégias discursivas aplicadas pela locutora que nos alude ao que Fairclough (2008) teoriza, que o discurso como prática social exerce o papel de representação e de instrumento transformador nas relações de poder. Neste contexto específico, o qual analisamos isso se aplica aos meios e estratégias discursivas que a locutora se valeu para expressar o seu pronunciamento, a fim de tentar causar o efeito de a proposta com a qual ela concordava, do equilíbrio dos 50% por cento vencesse a votação do Conselho Universitário.

Portanto, a partir desta colocação, das questões realçadas durante a fundamentação teórica e neste tópico, é possível compreender a terminologia poder não somente como sendo sinônimo de alcance da hegemonia, mas também como capacidade de causar efeitos. Só que nessa situação a proposição da relatora que estipulava 40% das vagas para cota social, 10% da reserva de vagas para os negros e 50% para a cota universal, não foi incluída na votação da reunião do Conselho Universitário do dia 25 de novembro de 2013.

## Discursos de desconstrução da proposta

Após a análise de alguns dos principais trechos do pronunciamento da Conselheira B, nesta subseção temática analisaremos alguns trechos da articulação de um dos conselheiros que era contra a manutenção da política de cotas para negros na UEPG.

*<a ↑ COTA, ELA ↓ deve se sazonal ela num- deve: é:: ↑ SERVI ↓ pra modifi ↑CA: a ↓ situação social então ela deve se sazonal> (.) < ↑ MAS ↓ entendemos claramente que é importante fazer esse acesso aos alunos (.) é::: que tenham dificuldade a um ↑ BOM ↓ a uma ↑ BOA ESCOLA ↓ de formação ↓ °pra entra na universidade não houve dúvida° né::!> (Conselheiro A- Reunião/Áudio, 25/11/2013)*

Este trecho é o início do pronunciamento do Conselheiro A, no qual ele começa afirmando que a **cota deve ser sazonal** (grifo meu), nesta sentença compreendemos que o locutor se referia às medidas de políticas públicas temporárias. Prosseguindo com o raciocínio, ele realiza uma declaração um pouco confusa, alegando que as cotas não devem servir para modificar situação social, mas devem ser sazonais, ou seja, o locutor, consciente ou inconscientemente, estaria expressando a ideologia de que as políticas de cotas não deveriam cumprir seu compromisso social?

Para esse compromisso social, de acordo com Gomes (2003) e Santos (2007), os objetivos das políticas de ações afirmativas, consistem em reparar desigualdades materiais e sociais, por intermédio de programas e projetos de leis, que proporcionem às populações no Brasil que tiveram histórico de desigualdades, perseguições e maus-tratos, o direito ao acesso à educação, saúde, moradia, emprego e etc... Para assim, promover igualdade material dentro de determinado período de tempo. Algo que comprova, que realmente as políticas de cotas, como modalidades de ações afirmativas, são medidas temporárias e não permanentes que visam alcançar metas para as mudanças sociais que destacamos, dentro de determinado período de tempo. No trecho que

<sup>3</sup> Nos documentos oficiais da UEPG, como a nova resolução da lei de cotas e na ata das reuniões do Conselho Universitário, essa distribuição de vagas aparece como sendo 50% para a cota universal e 50% para as demais modalidades de cotas, que seria dividida em 40% para a cota social e 10% para a cota de negros. A banca de constatação na cota para negros atualmente foi eliminada do sistema da UEPG, por influência do modelo de outras universidades públicas. Pois a proposição que deu origem à Resolução UNIV N° 17/2013 também promulgava que por questões burocráticas, durante os testes seletivos a UEPG também deveria aderir ao sistema de autodeclaração.

enfaticamente do pronunciamento do Conselheiro A, ele expressa que as cotas não devem ocasionar mudanças na sociedade.

Na próxima sentença, o Conselheiro A parece tentar minimizar ou lapidar os sentidos deste discurso, que de alguma maneira poderiam surpreender negativamente os interlocutores, porque desta vez, o locutor proclama que **nós** (grifo meu), ele e a universidade entendem de forma clara, o quanto é importante proporcionar oportunidades de ingresso no ensino superior aos estudantes provenientes das camadas populares de baixa renda, que não tiveram acesso a uma boa formação durante a educação básica dentro de instituições de ensino privadas. É como se a universidade, por obrigação moral, estivesse praticando um favor ou obra de caridade para os negros e aos estudantes de baixa renda. Agora observe o seguinte trecho.

(.)> ↑ O QUE A GENTE:: PERCEBEU<<É QUE NÃO HÁ NENHUMA DIFERENÇA ↓ de rendimento entre alunos negros e brancos ↑ NEM EM ESCOLA PÚBLICA NEM EM ESCOLA PRIVADA>> ↓ Isso ↑ É ↓ um ↑ REQUÍCIO DE NOSSOS PRECONCEITOS< (.) (Conselheiro A- Reunião/Áudio, 25/11/2013)

Nesta sentença o locutor eleva um pouco o tom e a velocidade da voz como estratégia retórica, para chamar a atenção dos interlocutores para a justificativa de que eles perceberam, que não há diferenças entre o desempenho de alunos brancos e negros ou entre pessoas que estudaram em escolas públicas ou particulares. Logo, pensar ao contrário deste raciocínio, é uma forma de preconceito. Em seguida, o Conselheiro A reforça tal discurso alegando:

<Então quando a gente separa ↑ NEGRO ↓ é diferente dos ↑ BRANCOS ↓ a gente tá ↑ CRIANDO: ↓ e ↑ REFORÇANDO: (.) Na verdade ↓ a gente tá ↑ INSTITUCIONALIZANDO O PRECONCEITO ↓ né!> (.) (Conselheiro A- Reunião/Áudio, 25/11/2013)

Analisando este trecho da articulação do Conselheiro A, encontramos indícios de que este discurso é um tipo de propagação da ideologia do mito da democracia racial. Que assim como Van Dijk (2008) reflete, o discurso do mito da democracia racial proclama não haver racismo no Brasil ou se respalda na crença que em nossa sociedade prevalece um sistema democrático, no qual brancos, negros e indígenas desfrutam dos mesmos direitos, privilégios e oportunidades. Esse discurso nega a existência do racismo no país.

No trecho que destacamos o locutor elenca que tanto brancos como negros, estudantes de escolas públicas e alunos de escolas particulares possuem as mesmas capacidades de aprendizado. Algo que é verdade, independentemente de raça, ambos possuem sim as mesmas capacidades cognitivas. Contudo, segundo Oliveira (2006), Santana (2006), Tragtemberg et al. (2006) e Tragtemberg (2010), o problema está calcado em desigualdades sociais, que foram originadas pelo histórico de discriminação racial que existiu e ainda existe no Brasil. Esse fator conseqüentemente proporciona obstruções, privações e desproporcionalidades nos direitos entre brancos, negros e indígenas para obterem as mesmas oportunidades no acesso à qualidade na educação, saúde, emprego, moradia e etc. Ou seja, estes fatos são os fundamentos, que justificam a existência das políticas de ações afirmativas. Prosseguindo com a análise, observaremos o próximo enunciado:

> ↑ AGORA< < ↓ °o que acontece::° (.) É que essa diferença: se>> ↑ MOSTRA ↓ aqui dentro da universidade ↑ QUANDO QUANDO A:FU- a SELECÇÃO É ↓ diferenciada<< ↑ A GENTE VIU CLARAMENTE PELOS DADOS ↓ °mostrados pela Professora ↑ B° QUE POR EXEMPLO QUE QUANDO VOCÊ FAZ ↓ vestibular pra medicina onde a ↑ CONCORRÊNCIA é QUATROCE:::NTOS por UM ↓ na cota universal> (.) >As Pessoas< <que entram ali são:: °assim° ↑ sem SOMBRA DE DÚVIDA INGÊRNUOS> (.) >Porque eu jamais passaria num vestibular de 400 por um< (.) ((ar de sarcasmo, ironia)) (Conselheiro A- Reunião/Áudio, 25/11/2013)

Neste trecho o locutor dá continuidade ao mesmo raciocínio que acabamos de analisar, desta vez, ironizando que o sistema de cotas seria uma forma de “facilitar” o ingresso na universidade para algumas pessoas, quando ele alega que no teste seletivo do vestibular existe uma **seleção diferenciada** (grifo meu). Esta ironia utilizada pelo locutor identificamos como um dispositivo retórico mencionado por Van Dijk (2001), que percebemos que o Conselheiro A utiliza na construção de sua articulação, a fim de chamar a atenção dos interlocutores para informação de que tal **seleção diferenciada** (grifo meu) poderia ser considerada algo negativo ou injusto. Com o intuito de argumentar a esta colocação, o Conselheiro A como estratégia discursiva, também cita o exemplo dos números de concorrência nos vestibulares para o curso de medicina na instituição. De forma sarcástica, ele parece debochar dos candidatos que tentam ingressar no curso de medicina,



quando se refere a eles como **ingênuos** (grifo meu).

Por fim, a partir das análises dos trechos dos principais argumentos do Conselheiro A, de modo geral, nos foi possível constatar que a estrutura da apresentação dele não apresentou um início, um meio e um fim. Também foi possível observar, que boa parte do pronunciamento do Conselheiro A foi construído com base no senso comum, no qual ele realiza muitas afirmações baseadas mito da democracia racial, sem citar dados de pesquisas empíricas, que comprovem a legitimidade de tais informações.

## Discursos de articulação e reconstrução da proposta

Em contraponto a subseção temática anterior, no presente tópico propomos analisar alguns dos principais discursos que contribuíram para a reformulação da lei de cotas na UEPG, a qual resultou na atual resolução a UNIV. N°17/2013. Iniciaremos pela análise do seguinte trecho:

*<Não é possível a história deste país ser mudada consideravelmente ↑ TODOS OS DIAS> >  
↓ E hoje nós ainda ter que fazer °políticas afirmativas° < >para nós negros e negras > °estarmos incluídos < < ↑ não é possível nós acreditarmos mais! ° > >NÃO É POSSÍVEL< <NÓS FAZERMOS UM CONSELHO ↓ diante de tantos intelectuais e vocês não conhecerem ↑ °o que é ser negro neste país!° > (. ) <VOCÊS NÃO CONHECEREM> >O QUE É IR NA FILA DE EMPREGO< <E SER PRATICAMENTE ENXOTADOS SÓ °pelo simples fato de ter nascido negro! ter nascido com uma pele diferente!° > > ↓ Só pelo fato de termos nascido negros! < < ↑ A GENTE NÃO É VISTO! A GENTE NÃO É LEMBRADO! °a gente não é discutido!° ↓ > (Representante 2- Reunião/Áudio, 02/12/2013)*

Neste enunciado encontramos uma resposta ao pronunciamento do Conselheiro A que analisamos na subseção temática anterior, onde ele alegava que o racismo não existe; retirar as cotas para negros da universidade não é uma forma privar a população negra de ingressar no ensino superior; e que as cotas induzem ao oportunismo.

Diante desta situação o Representante 2, como um homem negro, rebate a esses discursos utilizado a estratégia discursiva de expressar sua indignação com o fato de a história do Brasil se desenvolver cada dia mais, e ainda ser necessário elaborar políticas de ações afirmativas para a população negra no país.

O locutor, como estratégia de argumentação, se respalda em exemplos da realidade, como o fato de eles estarem diante de um Conselho Universitário repleto de intelectuais que não entendem e ignoram a realidade **do que é ser negro neste país!** (grifo meu). Esta afirmação o locutor destaca na linguagem diminuindo o volume de sua voz. Como se naquele momento, o Representante 2 estivesse sentindo o peso das mesmas sensações constrangedoras que uma pessoa vítima de racismo sofre. Ou ele também poderia estar se recordando de lembranças de seu passado, porque ao olhar para esta situação, é como se o locutor estivesse se recordando de situações que ele viveu, que eram semelhantes ao exemplo citado. Há um momento no áudio, em que o locutor afirma que foi agredido pela polícia várias vezes por ele ser negro, e também cita experiências de racismo vivenciadas por seus familiares.

Para descrever tal ação comum de discriminação racial praticada contra a população negra no mercado de trabalho, o Representante 2 utiliza o termo ser **enxotado** (grifo meu) de uma fila de emprego. Esta terminologia apresenta uma carga semântica agressiva, que ele poderia ter substituído por outros termos, como por exemplo, ser expulso ou retirado. Mas não, naquela situação como expressão de revolta, o locutor realiza a seleção linguística de impregnar na sentença o termo enxotado. Este aspecto novamente nos alude ao que podemos refletir nos baseando em Moita Lopes (2013), a linguagem é uma expressão do pensamento, que não é desprovida de imparcialidade. Essa característica, segundo Fairclough (2008), pode se manifestar nas seleções lexicais que elegemos para as construções discursivas.

Em seguida, o Representante 2 conclui o enunciado novamente elevando o tom de voz para destacar que **a gente** (grifo meu), termo que o locutor repete três vezes se incluindo na situação como homem negro, **não é visto, não é lembrado, nem discutido** (grifo meu). Nesta sentença em um tom de tristeza, ele desabafa que a população negra no Brasil é completamente ignorada, deste modo, o locutor finaliza o seu pronunciamento dirigindo-se diretamente aos conselheiros, por meio dos seguintes termos:

*<No momento que vocês colocaram a cabeça no travissero> (. ) > ↑ ensem! < (. )*

(Representante 2- Reunião/Áudio, 02/12/2013)

Neste último trecho da articulação do Representante 2, identificamos que como estratégia discursiva, o locutor da mesma maneira que outra representante se expressou durante os áudios, ele também convida e tenta influenciar seus interlocutores a refletirem sobre a decisão que eles tomaram, pensando na seguinte pergunta que retoricamente ele destaca:

< ↑ Qual o prejuízo social que a política de cotas traz pra qualque um de vocês? OU PRA SOCIEDADE OU PRA UEPG?> >DISCUTAM COMO OU CONOSCO QUAL É O PREJUÍZO° ↓ que isso traz pra universidade? porque a universidade ↑ NÃO É NOSSA!< < ↓ ela é da sociedade não é ↓ °deste conselho°> > Este conselho pra toma qualqué decisão tem que conversa com a comunidade ↑ TEM QUE CONVERSA COM NOSSA PIGMENTAÇÃO NEGRA!< (Representante 2- Reunião/Áudio, 02/12/2013)

Observe que pela forma que o orador articula a linguagem, ele enfatiza primeiro a seguinte pergunta: **quais seriam os prejuízos que as políticas de cotas acarretariam para os conselheiros?** (grifo meu). Depois, como estratégia retórica e discursiva, elevando o tom de sua voz e diminuindo o ritmo, ele enfatiza ainda mais a pergunta: **quais são os prejuízos que as políticas de cotas acarretam para a sociedade ou para a UEPG?** (grifo meu).

O Representante 2 interagindo com os interlocutores, da mesma maneira que ele se pronunciou nas sentenças anteriores, o locutor os desafia os Conselheiros a discutirem com ele: qual ou quais foram os prejuízos que as políticas de cotas trouxeram pra UEPG até aquela data? Ele conclui o raciocínio enfatizando: **a universidade não é nossa!** (grifo meu), ela é da sociedade. Em virtude disso, quando for necessário eles tomarem decisões sobre o futuro das cotas é dever deles como cidadãos, primeiramente, consultarem e interagirem com a comunidade e com a população negra da região.

Identificamos que tal estratégia discursiva utilizada pelo Representante 2, a qual envolve o poder de argumentação por intermédio do desafio à reflexão, foi um ato comunicativo que certamente influenciou os membros do Conselho Universitário a voltarem atrás na decisão, que fora tomada anteriormente; reintegrarem o processo à pauta; elaborarem novas proposições; como consequência, promoverem uma nova votação.

Após as análises dos trechos da articulação do Representante 2 nesta subseção temática, nos foi possível identificar quais foram os discursos e os principais argumentos de um dos manifestantes, que motivaram o Conselho Universitário a reverter a decisão que fora tomada na reunião do dia 25 de novembro de 2013. Também nos possível identificar neste tópico como discursos que apoiavam a proposição do CEPE foram desconstruídos por meio dos argumentos apresentados pelo Representante 2 na reunião do Conselho Universitário.

## Considerações Finais

Durante as análises nos foi possível identificar que assim como Fairclough (2005) propõe observar, o problema de ordem social investigado nesta pesquisa foi a tentativa de banir o sistema de cotas na Universidade Estadual de Ponta Grossa, algo que ocorreu na reunião do Conselho Universitário da instituição, no dia 25 de novembro de 2013.

Ao analisar o pronunciamento da Conselheira B, encontramos vários indícios nas estratégias discursivas utilizadas pela locutora, que nos alude ao que Fairclough (2008) teoriza, que o discurso como prática social, exerce o papel de representação e de instrumento transformador nas relações de poder. Neste contexto específico, essa teoria se aplica aos meios e estratégias discursivas, que a locutora elegeu para expressar o seu pronunciamento. A fim de tentar causar o efeito de uma proposta com qual ela concordava, do equilíbrio dos 50% por cento vencesse a votação na reunião do Conselho Universitário.

Só que nesta situação, de acordo com as transcrições dos áudios, a proposição da relatora, que estipulava 40% das vagas para cota social, 10% da reserva de vagas aos negros e 50% para a cota universal não foi para votação na reunião do Conselho Universitário do dia 25 de novembro de 2013.

Esta proposição novamente foi exposta e venceu a votação por maioria dos votos somente na reunião do dia 02 de dezembro de 2013, após a mobilização da comunidade estudantil, do Núcleo de Relações Étnico Raciais de Gênero e Sexualidade (NUREGS) e dos Movimentos Sociais. Este fato

nos causou estranheza, pois a proposta da divisão dos 50% entre o sistema de cotas poderia ter vindo a partir da proposição do grupo de trabalho. Também constatamos durante os áudios, que a Conselheira B não entrou em detalhes na informação, de que ela havia dialogado com o grupo de trabalho e sugerido a mesma proposta que ela expôs como relatora.

Durante as análises das transcrições, identificamos que o obstáculo que gerou o conflito que se tornou nosso objeto de estudo, foi o fato de a proposição da Conselheira B não ter sido incluída na votação do dia 25 de novembro de 2013. Porque, durante as transcrições dos áudios, identificamos que o Conselho Universitário priorizou a proposta do grupo de trabalho e a proposição do CEPE, a segunda venceu a votação se respaldando em alguns discursos do senso comum, principalmente no mito da democracia racial, cuja ideologia originou a crença de que brancos e negros são iguais, o racismo não existe, as cotas reproduzem o preconceito e induzem as pessoas a se tornarem fraudulentas e oportunistas. Estas foram as declarações que os locutores apresentaram, sem se fundamentar em leituras acerca do tema, e principalmente não expuseram dados estatísticos que comprovassem a legitimidade de tais informações.

Mas em nossa concepção, foi principalmente devido a postura dos conselheiros no momento da votação, que a proposição do CEPE venceu, pois independente de exposições de argumentos baseados em resultados de pesquisas e dados empíricos, alguns conselheiros, por questões subjetivas, não poderiam admitir que a maioria das vagas na Universidade Estadual de Ponta Grossa fossem destinadas **a gente que não deveria entrar** (grifo meu) na universidade. Assim como uma das Conselheiras se expressou em algum momento dos áudios.

Isso nos lembra o que Machado, Lázaro e Tavares (2013) ressaltam: o espaço universitário brasileiro, historicamente é ocupado pela elite, que na grande maioria são brancos, de classe média alta e advém de famílias com esse perfil. Portanto, aceitar que o perfil dessa maioria “pode mudar”, para os conselheiros poderia parecer uma ideia radical demais. Para evitar que seus receios se concretizassem, valeria a pena votar numa proposição **sectária** (grifo meu), assim como uma dos representantes dos Movimentos Sociais se referiu durante os áudios, a qual estipulasse uma resolução na universidade, que eliminasse as cotas para negros e diminuísse as vagas destinadas aos estudantes oriundos de escolas públicas.

Então, a partir da decisão do Conselho Universitário de banir a cota para negros e reduzir as cotas sociais, foi que a comunidade acadêmica em união com o NUREGS e alguns Movimentos Sociais se uniram e decidiram realizar uma manifestação na próxima reunião do Conselho Universitário, que naquela época estava agendada para o dia 02 de dezembro de 2013, com o intuito de tentar reverter a decisão dos conselheiros.

Os manifestantes conseguiram dialogar com o Reitor e o Conselho Universitário, eles tiveram a oportunidade de ouvir a universidade nas pessoas das autoridades dos conselheiros, que identificamos durante as transcrições, que não conseguiram apresentar argumentos convincentes em suas justificativas. Principalmente, no momento em que o Representante 2 questionou eles: **quais seriam os prejuízos que as políticas de cotas acarretariam para os conselheiros, para a sociedade ou para a UEPG?** (grifo meu).

Ninguém conseguiu responder a esta pergunta, pois assim como constatamos durante nossas análises, como estratégias discursivas, os representantes e os participantes da reunião utilizaram recursos, como: desafiar e estimular os conselheiros à reflexão sobre o contexto social da população negra de nossa região daquela época, interligando com as possíveis consequências que a decisão dos conselheiros poderia desencadear.

Tais manifestantes apresentaram fatos, que comprovaram que o racismo existe no Brasil. A realidade social da população negra é muito diferente da população branca. Aquele momento, não era adequado banir o sistema de cotas, como políticas de ações afirmativas na universidade. Mas sim, era conveniente rever e aprimorar as tais políticas públicas, para que assim, a instituição continuasse desenvolvendo o seu compromisso social de inclusão de estudantes jovens, adultos negros e de baixa renda.

Até que na mesma reunião do dia 02 de dezembro de 2013, o debate entre os Conselho Universitário, o NUREGS, a comunidade acadêmica e os Movimentos Sociais chegaram ao consenso, de que o Processo nº 19.163/2013 seria reintegrado à pauta da reunião.

Após esta decisão, os conselheiros realizaram várias propostas, mas a proposição vencedora

na votação, foi a mesma proposição que a Conselheira B apresentou na reunião do dia 25 de novembro de 2013 junto com a proposição do CEPE e a do grupo de trabalho, a qual se tornou a atual Resolução UNIV. N° 17/2013.

## Referências

FAIRCLOUGH, N. Teoria social do discurso. In: \_\_\_\_\_. **Discurso e mudança social**. Tradução, revisão técnica e prefácio de Izabel Magalhães. 2. reimp. Brasília: Universidade de Brasília, 2001, 2008. cap. 3. p. 89- 131.

\_\_\_\_\_. Análise Crítica do Discurso como Método em Pesquisa Social Científica. In: WODAK, R.; MEYER, M. (Eds.). **Methods of Critical Discourse Analysis**. Tradução de Iran Ferreira de Melo. Londres: Sage, 2005. p. 307- 329.

GOMES, J. B. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. In: SANTOS, R. E. dos (Org.); LOBATO, F. (Org.). **Ações Afirmativas Políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Col. Políticas da Cor. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 15- 57.

MACHADO, E. A. (Org.); LÁZARO, A.; TAVARES, L. (Org.). **Ação Afirmativa**, Reserva de Vagas e Cotas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2002- 2012). Col. Estudos Afirmativos. Rio de Janeiro: Flasco, 2013. 69 p.

MAGALHÃES, I. Introdução: A Análise de Discurso Crítica. **Revista D.E.L.T.A.:** Documentação de Estudos em Linguística Teórica Aplicada. São Paulo. v. 21, p. 3- 8, fev./ago. 2005.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais no ensino de língua. In: \_\_\_\_\_. **Produção Textual**, Análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008. cap.2. p. 145- 226.

MOITA LOPES, L. P. da. Ideologia Linguística: Como construir discursivamente o português no século XXI. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Português no século XXI:** cenário geopolítico e sociolinguístico. São Paulo: Parábola, 2013, p. 18- 52.

OLIVEIRA, V. R. R. de. **Políticas públicas e ações afirmativas na formação de professores:** cotas uma questão de classe e raça-processo de implementação da lei 73/1999 na UFRGS. 2006, 105f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2006.

OTTONI, M. A. R. As representações identitárias de gênero no humor sexista. In: \_\_\_\_\_. (Org.); LIMA, M. C. de (Org.). **Discursos**, identidades e letramentos: abordagens da Análise de Discurso Crítica. São Paulo: Cortez, 2014. p. 25- 62.

\_\_\_\_\_. **Os gêneros do humor no ensino de Língua Portuguesa:** uma abordagem discursiva crítica. 2007, 399f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.

PAGANO, A.; MAGALHÃES, C. Análise Crítica do Discurso e Teorias Culturais: Hibridismo Necessário *Critical Discourse Analysis and Cultural Theory: Towards a Much Needed Hybridity*. **Revista D.E.L.T.A.:** Documentação de Estudos em Linguística Teórica Aplicada. São Paulo. v. 21, p. 21- 42, fev./ago. 2005.

PLÁ, S. **Os cotistas negros na universidade:** perfis e representações. 2009, 167f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, 2009.

PEREIRA, I. M. **Debate público e opinião da imprensa sobre a política de cotas raciais na universidade pública brasileira**. 2011, 238f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2011.

RESENDE, V. de M.; RAMALHO, V. Ciência Social Crítica e Análise de Discurso Crítica. In: \_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. **Análise de discurso crítica**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 25- 54.

\_\_\_\_\_. **Resolução UNIV. N. 17 de 9 de dezembro de 2013**. Ponta Grossa, PR, 2013. Disponível em: <<http://sites.uepg.br/prograd/wp-content/uploads/2014/03/Res.-Univ-017-Pol%C3%ADtica-de-Cotas.pdf>>. Acesso em: 9 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. **1. REUNIÃO CON 25-11-2013 INÍCIO**. Ponta Grossa, PR: UEPG, 2013. 1 Arquivo MP3. (01h 57 min 12s).

\_\_\_\_\_. **2. Reunião CON 25-11-2013**. Ponta Grossa, PR: UEPG, 2013. Arquivo MP3. (32 min 18s).

\_\_\_\_\_. **3. Reunião CON PARTE 2**. Ponta Grossa, PR: UEPG, 2013. Arquivo MP3. (01h 32 min 41s).

\_\_\_\_\_. **5. Reunião CON 02-12-2013 PARTE 02**. Ponta Grossa, PR: UEPG, 2013. Arquivo MP3. (03h 24 min).

\_\_\_\_\_. Sala dos Conselhos. Ata da Reunião do Conselho Universitário realizada nos dias 25 de novembro, 2 e 9 de dezembro de 2013. Livro nº6.

SALES, M. M. Á flor da pele: uma análise crítica de discursos empresariais sobre diversidade racial no trabalho. 2012, 258f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2012.

SANTANA, M. de M. A Proposta de Cotas para Negros/as na Universidade Federal de Alagoas: Contemplando a Raça e o Gênero. In: GOMES, N. L. (Org.). **Tempos de Lutas: As Ações Afirmativas no Contexto Brasileiro**. Brasília: MEC, 2006, p. 57- 65.

SANTOS, S. A. dos. **Movimentos Negros, Educação e Ações Afirmativas**. 2007, 554f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.

SOUZA, A. C. de. **Avaliação da política de cotas da UEPG: desvelando o direito à igualdade e à diferença**. 2012, 250f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG: Ponta Grossa, PR, 2012.

TRAGTEMBERG, M. H. R et al. Como aumentar a proporção de estudantes negros na universidade? **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v.36, n.128, p. 473- 495, mai./ago., 2006.

\_\_\_\_\_. Programa de Ações Afirmativas na Universidade Federal de Santa Catarina: Resultados Preliminares. **Revista Gestão Universitária na América Latina- GUAL**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC, v.3, n.1, p.1- 16, 2010.

VAN DIJK. T. A. Análise Crítica do Discurso. In: \_\_\_\_\_.; HOFFNAGEL, J. (Org.); FALCONE, K. (Org.). **Discurso e Poder**. Tradução de Leonardo Mozdzenski. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 113- 132.

\_\_\_\_\_. Discurso y racismo. In: GOLDBER, D.; SOLOMONS, J. (Eds.) **The Blackwell Companion to Racial and Ethnic Studies**. Traducción de Christian Berger. Oxford: Blackwell, 2001. p. 191- 205.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 11- 24.